

FENOMENOLOGIA, SEMIÓTICA E GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO: ALTERNATIVAS PARA ANALISAR O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Lurdes Bertol Rocha¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de fazer uma relação entre a Fenomenologia, a Semiótica e a Geografia da Percepção, campos do conhecimento que se apresentam como formas de análise do espaço geográfico. A Fenomenologia é o campo de análise da essência dos fenômenos, tanto materiais (naturais), quanto imateriais (culturais, ideais). A Semiótica é a área do conhecimento que estuda os signos, ou seja, tudo aquilo que é produzido e que possa ser interpretado. A Geografia da Percepção, baseando-se na Fenomenologia e na Semiótica, estuda a organização do espaço através da ótica da percepção, da vivência do cotidiano, da significação dos signos.

Palavras-chave: Fenomenologia. Semiótica. Signo. Geografia da percepção.

ABSTRACT

PHENOMENOLOGY, SEMIOTICS AND GEOGRAPHY OF PERCEPTION: ALTERNATIVES FOR ANALYZING THE GEOGRAPHICAL SPACE

This paper aims to establish a relationship among three different fields of knowledge - Phenomenology, Semiotic and Geography of Perception - which are taken as ways of analyzing geographical spaces. Phenomenology analysis phenomenon's essence, as far as materials (naturals) and inmaterials (culturals, ideals) subjects takes place. Semiotic is the knowledge area that studies the signs, i. e., all that is produced and can be interpreted. The Geography of Perception, based on the Phenomelogy, and on the Semiotic, studies the organizations of the space through perception of daly life and meening of sign.

Key words: Phenomenology. Semiotic. Sign. Geography of perception.

INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o mundo se dá através da sensação captada pelos órgãos dos sentidos. A sensação leva à percepção. Pela percepção formam-se imagens que têm significados diferentes para quem as capta, dependendo de sua cultura, tempo histórico, situação psicológica, entre outros. A tendência é levar em conta apenas os aspectos concretos, objetivos, das imagens. Porém, os seres humanos são duais, isto é, têm uma visão externa (mundo concebido) e uma visão interna (mundo percebido, mundo subjetivo) do mundo que os cerca. A percepção externa

¹ Professora do curso de Geografia da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA). Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: lurdesberto@hotmail.com.

de um signo, como uma estátua no meio de uma praça, por exemplo, tem características físicas, captadas por quem as observa, que não deixam dúvidas. O significado desta estátua, porém, pode variar muito de um observador para outro. Este fato se dá pela leitura que cada um faz, levando-se em conta o conhecimento sobre o que a estátua representa, as características culturais do observador, sua disposição interna no momento da observação, além de uma série de outros fatores que podem interferir no resultado final do significado para cada um. No caso, por exemplo, das estátuas localizadas em frente ao correio central em Salvador, para os adeptos ou conhecedores da cultura afro-brasileira, não há dúvida do que elas representam. Mas, para os que não são do grupo, ou não têm informações ou conhecimento sobre o que representam, são imagens exóticas para alguns, bonitas para outros, ou simplesmente nada significam para outros ainda.

Levando-se em conta a visão do mundo concebido e a do mundo percebido ou subjetivado, Moreira (1993) trata da oposição entre o espaço como campo conceitual e do espaço como campo sógnico, apresentados no Quadro 1.

De uns tempos para cá, as noções de espaço topológico, espaço vivido, espaço percebido, espaço produzido estão entre tantas outras noções que permeiam o discurso da Geografia, indo da dialética à fenomenologia. “Em todas essas noções o espaço é o campo das formas dos objetos que nos circundam e se codificam em nossas mentes como um universo infindo de imagens (*ibid.*, p. 48).

Fenomenologia, Semiótica e Geografia da Percepção são formas indissociáveis de se conhecer o mundo. A fenomenologia veio para mostrar que o ser humano vê o mundo e seus fenômenos de acordo com sua cultura, meio ambiente, formação educacional, estado emocional, entre outros fatores que formam seu entorno e seu interior. Através da Semiótica, os fenômenos se nos apresentam por meio de signos que são percebidos e interpretados pela linguagem verbal e não-verbal (imagens, gestos, sinais, entre outros). A Geografia, apoiando-se na Fenomenologia e na Semiótica, criou uma forma peculiar de interpretar os fenômenos humanos no espaço: é a Geografia da Percepção.

Neste artigo, baseado na dissertação de mestrado sobre os “Signos e significados do centro da cidade de Itabuna-Ba”, defendida em julho de 2001 (BERTOL, 2001), farei um resgate histórico destas formas de interpretação do mundo, relacionando-as entre si, tentando, assim, justificar as ações humanas no espaço como ações genuinamente humanas e não como ações de seres autômatos, destituídos de sentimentos e emoções no seu relacionamento com o espaço em sua estruturação, construção, modificação, destruição, reconstrução.

FENOMENOLOGIA

Edmund Husserl (1859-1938) foi o criador do método fenomenológico que deu origem a um movimento que atingiria boa parte da filosofia do Século XX, estendendo-se mais tarde a todas as áreas das ciências humanas.

A fenomenologia, segundo Bochenski (1968, p. 38), foi um movimento filosófico que permitiu a ruptura com o século XIX e a construção da filosofia contemporânea. Para ele, a fenomenologia não se aplica só ao método da doutrina de Husserl, mas se aplica também a todo o grupo de pensadores que representa esta tendência. O fundador deste movimento foi Franz Brentano, de quem Husserl foi discípulo. O método fenomenológico criado por Husserl diz respeito principalmente à análise da essência do dado, do fenômeno. Foi o método filosófico que mais se espalhou após a Segunda Guerra Mundial, ao lado do lógico-matemático. A diferença entre os dois métodos, segundo o autor, é que “a fenomenologia renuncia completamente à dedução, ocupa-se pouco com a linguagem e não analisa os fatos empíricos, mas só as essências” (p. 39).

O método de Husserl veio em oposição ao psicologismo, surgido do naturalismo, que supunha como fenômeno apenas as coisas naturais, estudadas pelas ciências da natureza, como a Geologia, a Física, a Química, entre outras. A tendência do naturalismo era resolver o problema da teoria do conhecimento, explicar como é possível alcançar a objetividade, e como o sujeito

I - Espaço como campo conceitual		II - Espaço como campo sógnico	
1. Percepção espacial e topologia	É a teoria do processo senso-perceptivo como topologia. O mundo se arruma à nossa frente em pares de lugares do tipo perto-longe, alto-baixo, esquerda-direita.		1. Percepção espacial e encantamento O homem é o sujeito construtor de um mundo ordenado de acordo com sua cultura. Assentando-o a partir dos símbolos de sua utopia, o homem faz dele mais o modo da construção que a imposição de uma objetividade externalizada à ação histórica humana. O mundo é ordenado dessa ou daquela forma, mas poderia ser de outra maneira.
2. Percepção espacial e fenomenologia	Fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty.	O espaço é o mundo da experiência levada a efeito pelo corpo. É o mundo da corporeidade.	2. Percepção espacial e antropologia da imagem. Por este conceito, a imagem não nega o racional, mas não precisa da razão para se impor como realidade. A imagem deixa de ser o puro reflexo das formas do mundo objetivo e passa a ser subjetividade histórica que culturalmente se basta e se explica.
	Fenomenologia analítica existencial de M. Heidegger.	O espaço é a intersubjetividade, a relação sujeito-objeto.	
	Fenomenologia do espírito de Hegel.	O espaço é o mundo da autoconsciência, representado pelo movimento da consciência lutando para superar sua alienação material na direção de seu reencontro com o sujeito-objeto idêntico.	
3. Percepção espacial e história	Neste conceito está incluído o marxismo. O espaço é o historicamente construído pelo próprio homem. É o espaço da relação do homem organizado em sociedade com a natureza.		

Fonte: Moreira (1993, p. 46-50)

Elaboração: Bertol (2000).

Quadro 1 - Espaço como campo conceitual x Espaço como campo sógnico

seria capaz de alcançar uma realidade que lhe é exterior, anulando a dualidade, ou seja, anulando a diferença entre sujeito e objeto, já que na ótica do movimento e do ser, o sujeito é o objeto, daí então a realidade seria a Natureza. Para o naturalismo, tudo se resumiria em ser objeto físico ou

natural; o conhecimento seria apenas o resultado da ação de objetos exteriores sobre o cérebro e o sistema nervoso; os conceitos e leis científicas seriam generalizações abstratas, permitindo ao homem pensar de forma mais econômica a multiplicidade dos objetos exteriores. Os conceitos de sujeito, objeto, causa, princípio, coisa, efeito, entre outros, só teriam sentido se reduzidos a entidades empíricas observáveis. Para o naturalismo, a teoria do conhecimento seria uma psicologia, ou seja, a descrição do comportamento do sujeito na atividade do conhecer (CHAUÍ, 1996, p. 5-6).

A psicologia é capaz de estudar e explicar fatos que podem ser observados, como o fazem as outras ciências, mas não pode oferecer os fundamentos e explicações destes estudos, pois isto só a filosofia pode fazê-lo. Para a fenomenologia, ao contrário do que ocorre com as ciências naturais, fenômenos são também coisas que existem apenas no pensamento, coisas puramente ideais, assim como também coisas criadas pela ação e pela prática humanas, como, por exemplo, valores morais, crenças, artes, técnicas, instituições. Daí porque Husserl chama de fenômeno “tudo aquilo que é vivência, na unidade de vivência de um eu: fenomenologia é, por conseguinte, a doutrina das vivências em geral, abrangendo também a doutrina de todos os dados, não só os genuínos, mas também os intencionais, que podem ser evidenciados nas vivências” (HUSSERL, 1975, p. 182). Explicando a idéia de Husserl, Chauí (1995, p.238) completa dizendo que a fenomenologia é “a descrição de todos os fenômenos, ou eidos, ou essências, ou significação de todas essas realidades: materiais, naturais, ideais, culturais”.

Para Husserl (op. cit. p. 180), o psíquico se constitui em fenômeno, não em coisa, pois o fenômeno é consciência e a coisa é algo físico. Ele escreveu que:

[...] a maioria das percepções dos estados psíquicos não pode ser evidente, já que eles são percebidos como localizados no corpo. Percebo que *a tristeza me dá um nó na garganta*, que *a dor me dói o dente* de que *a pena me corta o coração*, no mesmo sentido em que percebo que *o vento sacode as árvores*, que *esta caixa é quadrada e pintada de marrom*, etc. Aqui estão presentes, sem dúvida, além das percepções internas, também as externas; mas nem por isso os fenômenos psíquicos percebidos existem tais como são percebidos.

O domínio da fenomenologia pode ser considerado como ilimitado, já que tudo o que aparece é fenômeno. De acordo com Dartigues (1992), o termo “fenomenologia” apareceu pela primeira vez no texto “Novo Órganon” (1764), de J. H. Lambert, referindo-se à teoria da ilusão a partir de suas diferentes formas. Etimologicamente, fenomenologia significa, para o autor, o estudo ou a ciência do fenômeno. Pelo significado do termo, qualquer pessoa, segundo ele, pode ser um fenomenólogo, qualquer um que seja capaz de descrever aparências ou aparições. Dartigues, ao citar Husserl, diz que “o mundo, na atitude fenomenológica, não é uma existência. Mas um simples fenômeno”. Já para Hegel, segundo o autor, a fenomenologia é uma filosofia do absoluto ou do espírito, e tenta mostrar como o absoluto está presente em cada momento da experiência, seja ela estética, jurídica, religiosa ou política. O fenômeno, portanto, segundo Hegel, citado por Dartigues, é reabsorvido num conhecimento sistemático do ser. Em sua introdução, Dartigues mostra como Kant, Hegel e Husserl concebem o fenômeno. Isto é sintetizado no Quadro 2.

Kant	Hegel	Husserl
Concebe o ser como o que limita a pretensão do fenômeno, ao mesmo tempo em que ele próprio permanece fora do alcance.	A fenomenologia é uma filosofia do absoluto ou do espírito. O fenômeno é reabsorvido num conhecimento sistemático do ser.	Propõe-se como fazendo ela própria (a fenomenologia) de ontologia, pois o sentido do ser e do fenômeno não podem ser dissociados.

Fonte: Dartigues (1992, p. 1-3). Elaboração: Bertol (2000).

Quadro 2 - Concepções de fenomenologia: Kant, Hegel e Husserl

Chauí (1997) compara o conceito de fenômeno, da mesma forma que fez Dartigues, apresentando informações que o deixam mais compreensível, apresentando a ampliação e renovação do conceito ao longo do tempo:

Kant	Hegel	Husserl
Indicava aquilo que, do mundo externo, se oferece ao sujeito do conhecimento, sob as estruturas cognitivas da consciência (isto é, sob as formas do espaço e do tempo e sob os conceitos do entendimento).	Ampliou o conceito, afirmando que tudo que aparece só pode aparecer para uma consciência e que a própria consciência, mostra-se a si mesma no conhecimento de si, sendo ela própria um fenômeno.	Mantém os conceitos anteriores, mas amplia a noção de fenômeno. Tudo o que existe é fenômeno, e só existem fenômenos. Fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência.

Fonte: Chauí (1997, p. 237-238).

Elaboração: Bertol (2000).

Quadro 3 - Conceitos de fenômeno - ampliação e renovação

Na realidade, a fenomenologia procura perceber o que é humano em sua essência, e que “tem a ver com princípios, com as origens do significado e da experiência” (RELPH 1979, p. 1). Um fato humano é diferente de um fenômeno natural: um fato natural é essencialmente objetivo, tratado pelas ciências físico-matemáticas, enquanto um fenômeno humano, para melhor ser estudado e compreendido, deve ser tratado na linguagem da experiência vivida. “Que relação permanece entre o mundo de que fala o físico e aquele de que fala o poeta ou do qual todos falamos na linguagem da vida cotidiana?” (DARTIGUES, op. cit. p. 74). No mundo da objetividade pura, o homem está ausente. É um mundo árido, só de conceitos. Quando se trata da reflexão fenomenológica, a objetividade científica não está ausente, porém procura trazer o mundo da ciência ao mundo da vida, das experiências humanas, do seu cotidiano. Nesse sentido, diz o autor que o método fenomenológico inaugurado por Husserl foi criado para modificar nossa relação com o mundo, para assim melhor extrair dele seu sentido (p. 167). Para a fenomenologia, “não se pode separar a ciência do cientista, o sujeito do objeto, o criador da criatura” (OLIVEIRA, 1999, p. 48).

SEMIÓTICA

No século XX, relacionadas à comunicação e à linguagem, surgiram duas ciências: a Lingüística, ciência da linguagem verbal, e a Semiótica, ciência de todo tipo de linguagem, seja ela a verbal, a que é veiculada pela língua, ou a não-verbal, constituída de símbolos, sinais, elementos arquitetônicos. “Enquanto a Fenomenologia observa todos os fenômenos e, através da análise, postula as formas ou propriedades universais desses fenômenos, a Semiótica ou Lógica tem por função classificar todos os tipos de signos logicamente possíveis” (VIEIRA, 1998, p. 29).

Segundo Santaella (1983), a Semiótica é a ciência humana mais jovem e surgiu simultaneamente em relação ao tempo, mas em três espaços geográficos diferentes: Estados Unidos, Rússia e Europa Ocidental. Nos Estados Unidos ela teve início com Charles Sanders Peirce (1839-1914); na Rússia, com dois filólogos, A. N. Viessé-Iovski e A. A. Potiebníá; na Europa Ocidental com F. de Saussure, professor do curso de Lingüística da Universidade de Genebra. A autora dá mais destaque para a fonte norte-americana, por entender que Peirce foi de fundamental importância para o nascimento desta ciência humana que criou a teoria geral dos signos. A Semiótica não se constitui em apenas uma ciência a mais, e sim numa filosofia científica da linguagem, cuja construção arquitetônica tem a fenomenologia como base. Para Peirce, de acordo com a autora, a fenomenologia é a primeira instância de um trabalho filosófico, visto ter ela como base a mera observação dos fenômenos e, através da análise, postular “formas ou propriedades universais destes fenômenos” (p. 29).

A Semiótica é a área do conhecimento que se dedica ao estudo dos signos, ou seja, de tudo aquilo que é produzido e pode ser interpretado; é a ciência que tem como objeto o estudo de todo tipo de linguagem. Para Deely (1990, p. 124), a Semiótica “é o conhecimento sobre a semiose, a explicação teórica sobre os signos e o que eles fazem. É a história das tentativas de se explicar aquilo que sustenta a semiose e a torna possível, a saber, o signo”. Em outras palavras, pode-se dizer que a Semiótica tem por tarefa investigar a ação dos signos, e a função dos signos, que, de acordo com Guiraud (1993), é a de comunicar idéias por meio de mensagens.

O ser humano se comunica com seu semelhante sob várias formas de linguagem. A mais antiga e utilizada pela humanidade, independente do *status* social, econômico, da raça, é a linguagem verbal. Porém, entre as várias formas de comunicação, os estudiosos buscam cada vez com mais frequência a linguagem não-verbal, constituída de gestos, símbolos, sinais, como recurso de leitura e análise de fatos históricos, sociais, políticos, culturais, econômicos de uma cidade, de uma paisagem, de um lugar. Quando se observa uma cidade, uma praça, um monumento, eles gritam uma mensagem inserida num texto não-verbal, à espera de interpretação por parte de quem os observa. Estes elementos constituem o signo.

O signo, enquanto objeto, constitui-se para nós no ato do aparecer [...] este ato não é ainda um ato que designa, ele precisa ligar-se a uma nova intenção, a um novo modo de apreensão, por meio do qual é visado não o que aparece intuitivamente, mas algo novo, o objeto designado. (HUSSERL 1975, p. 51).

E o signo fala. Mas fala diferente para pessoas diferentes, em momentos diferentes. Isto porque a leitura de cada um dos atores sociais depende do conhecimento, do envolvimento emocional que tenha com o signo, seja ele uma rua, uma praça, um prédio, um monumento, uma cidade, uma pessoa. A leitura poderá trazer sentimentos de amor, de carinho, a chamada reação topofílica; ou de ódio, de medo, de ressentimento, a reação topofóbica. Estas reações surgem a partir da percepção e leitura de signos, objeto de estudo da Semiótica.

De acordo com Deely (1990), a Semiótica surgiu na Segunda Guerra Mundial, como uma necessidade para interpretar os códigos que permitiam a comunicação dos aliados, mas que eram um mistério para os inimigos. A Semiótica é responsável pela explicação teórica dos signos e por aquilo que representam. Para o autor, o signo tem um significado e uma significação, e seu valor é determinado por aquilo que está em seu entorno e depende “da situação recíproca da língua”. E dá como exemplo a palavra “tutu”, que poderia significar tutu de feijão, um prato mineiro à base de feijão, ou pode significar também dinheiro. Pode-se ainda citar a palavra manga, que pode significar manga de uma camisa, uma fruta, ou uma área de pastos para bovinos, dependendo do contexto em que a palavra é usada, ou seja, do seu entorno. Para o mesmo autor, a Semiótica se ocupa da representação simbólica do real, tenta captar o sentido do texto. E, neste caso, o mundo todo seria um texto, passível, portanto, de interpretação. As idéias desse autor com relação a signo, no que diz respeito a seu significado, significação e valor, estão sintetizadas no Quadro 4.

Ao se usar, por exemplo, a palavra cruz, no domínio da língua, seu significado é o de duas traves perpendiculares. O significado do signo cruz refere-se à denotação da palavra, quer dizer, “é constituída pelo significado concebido objetivamente e apenas como tal” (GUIRAUD, 1993, p. 31). Este objeto, a cruz, pode ter significações diferentes para pessoas diferentes. Sua conotação exprime “valores subjetivos ligados ao signo, resultante da sua forma e da sua função” (*ibid.* p. 3). Para uns, o signo cruz tem a significação de sofrimento, de morte; para outros, de vitória, para outros ainda, significação religiosa. Para os nazistas, a cruz suástica é o signo de sua ideologia política, mas para os judeus, é o signo da tirania, do sofrimento, do terror. Para aborígenes da Amazônia, provavelmente não quer dizer nada. Quanto ao valor de um signo, ele depende de seu entorno, isto é, do tempo e do espaço. Por exemplo, para nós, brasileiros, levantar a mão espalmada, pode significar “pare! espere!”; para os gregos, é um gesto obsceno; para os nazistas, na época de Hitler, adesão incondicional a ele.

Para Coelho Neto (1996, p. 10), signo é “aquilo que representa algo ou alguma coisa para alguém”. Este autor considera o signo como tendo três interpretantes, ao invés de significado, significação e valor de um signo, como no caso de Deely (1990), mas que acabam tendo a mesma

Significado	Significação	Valor de um Signo
Conceito ou imagem mental que vem na esteira de um significante (face perceptível do signo).	É a efetiva união entre um certo significado e um certo significante.	É determinado por aquilo que está à volta do signo, do seu entorno.
Está no domínio da língua.	Está no domínio da fala.	
Depende do sistema e está antes e acima do individual.	É uma questão individual, localizada no tempo e no espaço.	Depende da situação recíproca dos elementos da língua. Ex.: tutu: prato mineiro à base de feijão; dinheiro.
	É uma questão fenomenológica, só sendo possível de delimitação e descrição numa manifestação concreta e isolada.	

Fonte: Deely (1990, p. 23)

Elaboração: Bertol (2000).

Quadro 4 - Conceitos de significado, significação e valor de um signo

conotação. Segundo Coelho Neto, os três interpretantes do signo são: o imediato, que se refere ao sentido, é o efeito que o signo produz de forma imediata na mente, sem necessidade de reflexão prévia, como, por exemplo, a palavra “cão” no dicionário. O dinâmico, que se refere ao significado, é o efeito concreto, efeito direto determinado pelo signo no intérprete, como, por exemplo, o significado de cão, determinado pelo objeto cão, numa rua escura. O final, que é a significação, ou seja, “é o modo pelo qual o signo tende a representar-se, no fim de um processo, em relação a seu objeto”. Voltando ao exemplo do cão, “diante deste cão, nesta rua escura, que imagem de natureza psicológica ou sociológica representa para mim?” (op. cit. p. 70-71).

De acordo com Santaella (1995, p. 34), Peirce afirmou que “algo possui potencialidade sgnica ou qualidade de acordo com três modelos: qualidade interna, qualidade relativa e qualidade imputada”. Segundo ela, esta divisão de Peirce deu nascimento à divisão dos signos em índices, ícones e símbolos, ou seja, algo

[...] é significante de seu objeto, possuindo potencialidade sgnica ou qualidade de acordo com três modalidades: 1) quando a relação com seu objeto está numa mera comunidade de alguma qualidade (semelhança ou ícone); 2) quando a relação com seu objeto consiste numa correspondência de fato ou relação existencial (índice); e 3) quando o fundamento da relação com o objeto depende de um caráter imputado, convencional ou de lei (símbolo).

Portanto, um signo pode se distinguir em três tipos: ícone, índice e símbolo, de acordo com sua força e com seu contexto ttemporo-espacial. Baseando-se no modelo de Peirce, Deely apresenta os conceitos de ícone, índice e símbolo, expressos no Quadro 5.

O ícone, portanto, é um signo cujo significado tem uma relação de analogia com o que ele representa, ou seja, a imagem fotográfica de uma árvore é um ícone, na medida em que se parece com uma árvore. Mas a semelhança pode ser não só de forma visual. O som imitativo do mugido do boi, o perfume sintético de uma rosa, o gosto de morango de um caramelo, em teoria, podem ser considerados como ícones.

O índice, por sua vez, é um signo que mantém uma relação de causa com o que representa, como por exemplo, as faces vermelhas para a vergonha, fumaça para o fogo. Um índice ou sinal implica uma reação por parte do usuário ou observador. Um sinal num cruzamento de linha férrea é usado para induzir o motorista a parar quando um trem está para passar; implica uma reação por parte da pessoa que está dirigindo o carro. Um gesto de silêncio a alguém que está falando é um sinal. Um sinal ou índice, portanto, sugere ou induz uma dada reação em quem o vê.

Os símbolos falam uma linguagem universal; contudo, as nuances e inflexões variam segundo a experiência e a percepção individuais. É através dos símbolos que o homem,

Ícone	Índice	Símbolo
Signo que tem alguma semelhança com o objeto representado. Exemplo: escultura de uma mulher, foto de um carro, um diagrama, um esquema.	Signo que se refere ao objeto denotado em virtude de ser diretamente afetado por esse objeto. O signo inicial tem alguma coisa a ver com o objeto. Exemplos: Fumaça é signo indicativo de fogo; um campo molhado é índice de que choveu; uma seta colocada num cruzamento é índice de caminho a seguir.	Signo que se refere ao objeto denotado em virtude de uma associação de idéias produzida por uma convenção. O signo é marcado pela arbitrariedade. (Peirce diz que o símbolo é de natureza geral tanto quanto o objeto denotado). Exemplos: Qualquer uma das palavras de uma língua; a cor verde como símbolo de esperança.

Fonte: Deely (1990, p. 58); Elaboração: Bertol (2000).

Quadro 5 - Conceitos de Ícone, Índice e Símbolo

consciente ou inconscientemente, vive, trabalha e tem o seu ser. O símbolo é um signo que tem uma relação de convenção com seu objeto. É o caso, por exemplo, da bandeira que simboliza um determinado país, a Bíblia, símbolo dos cristãos (JOLY, 1996, p. 35-36). Pode-se usar ainda, neste estudo, o exemplo do ovo, como signo sagrado à cosmogonia de todos os povos da terra, que foi reverenciado tanto por sua forma como por seu mistério interior. Pelo que se sabe, desde as primeiras concepções mentais do homem, o ovo foi concebido como símbolo que melhor representava a origem e o segredo do ser. Os cristãos, especialmente os das Igrejas Grega e Latina, adotaram plenamente este símbolo, e nele percebe-se uma comemoração da vida eterna, da salvação e da ressurreição. Este fato é encontrado e corroborado pelo antigo e tão apreciado costume de se presentear com ovos de Páscoa. Ainda como símbolo, idéia produzida por uma convenção, pode-se tomar como exemplo algumas cores usadas na China: o vermelho e o laranja são utilizados para simbolizar alegria, festa; o verde, para simbolizar harmonia, e o branco, o luto.

Resumindo as idéias sobre ícone, índice e símbolo, pode-se inferir que o ícone tem uma relação de semelhança com seu objeto, o índice tem uma relação de causalidade com seu objeto e o símbolo tem uma relação convencional com seu objeto (EPSTEIN, 1991, p. 62-63).

Semiologia, para Guiraud, (1993, p.9), “é a ciência que estuda os sistemas de signos: linguagens, códigos, sinalizações”. Como Coelho Neto, Guiraud inclui, como fazendo parte da definição de semiologia, a língua, mas acrescenta, citando Saussure, que a “Semiologia é o estudo dos signos não lingüísticos”, e que é a ciência “que estuda a vida dos signos no seio da vida social” (op. cit. p. 9). De acordo com este autor, não há ainda um acordo quanto à ciência semiológica, pois, para alguns é o “sistema de comunicação por sinais não lingüísticos”, para outros, principalmente os que seguem Saussure, a noção de signo e código se refere também a “formas de comunicação social tais como os ritos, cerimônias, fórmulas de cortesia.” Ainda há os que consideram como signos as artes e as literaturas (op. cit. p. 13-16).

Para Ferrara (1988, p. 41), “semiologia, semiótica, semântica estrutural, estruturalismo literário, semanálise são as diferentes denominações da atual ciência dos signos”. Uma cidade é repleta de signos e ela própria é um signo. Ferrara, indo nesta linha, trabalha a cidade como um “texto não verbal”, onde as pessoas interpretam de maneiras diferentes as marcas, os sinais, que se tornam pontos de referência e identificam a cidade. Para a autora, “o primeiro procedimento, a primeira chave da leitura da cidade enquanto espaço não-verbal é a recomposição, isto é, acionar os signos com o fim de afetar os sentidos [...] para flagrar formas, volumes, movimentos”. (p. 34). Ainda conforme a autora, ler a cidade é fazer o estudo semiótico “do uso que, como sistema de signos, o usuário traçou no seio do espaço urbano”. (p. 56). Para descobrir a cidade como linguagem, será necessário penetrar na concepção desse uso, aprender com ele. Afirma ainda que o estudo da transformação urbana é o estudo da memória dos usos que a cidade faz de seus signos que “dialogam, ao mesmo tempo, com o passado e o presente, aparentando-se com a tradição e englobando diversos códigos e princípios de ordenação numa síntese singular”. (p. 57).

Para Callai (1998), a leitura dos signos urbanos é feita através do conhecimento de suas origens, pelo valor que seus habitantes atribuem ao fato urbano, na interpretação de suas formas e nos argumentos de suas funções transitórias. Portanto, esta leitura vai depender da percepção que cada um tem dos signos.

GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO

O significado de um signo se dá a partir da percepção de uma pessoa, de um grupo, de um povo, de uma cultura. O que é a percepção? Qual sua essência? Se o fato perceptivo for estudado pela Psicologia, ele será baseado na observação e relações causais de fatos mentais de comportamento, e será classificado em dois tipos: os fatos externos, que podem ser observados, os chamados estímulos, como, por exemplo, luz, forma, cor; e os fatos internos, que só podem ser observados de forma indireta, as respostas. Em outras palavras, a Psicologia divide o fato perceptivo em estímulos externos e internos, que são os que ocorrem no sistema nervoso e no cérebro. Também em respostas internas e externas, que se constituem nas operações do sistema nervoso e no ato sensorial do sentir ou do perceber alguma coisa.

Já se o fato perceptivo for estudado pela Fenomenologia, ela procurará explicar o que é a percepção, e não como ela ocorre. Para a filosofia fenomenológica, a percepção é

[...] um modo de nossa consciência relacionar-se com o mundo exterior pela mediação de nosso corpo [...] é um certo modo de a consciência relacionar-se com as coisas, quando as toma como realidades qualitativas [...] é uma vivência. (CHAUÍ, 1995, p. 236).

Desse modo, pode-se dizer que a percepção é a forma como, através dos sentidos, as coisas do mundo natural ou humano chegam à consciência. É a forma como as pessoas se relacionam com as coisas de um modo geral. Em sendo assim, o centro da cidade é percebido de forma diferente por pessoas diferentes. Cada pessoa tem uma imagem de sua cidade, e isto tem a ver com a forma como ela a percebe, como nela vive, como nela se sente, pois, “tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo, sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 3).

Relph (1979, p. 1) considera quatro significados para o termo geografia: como disciplina acadêmica administrativamente distinta; como um corpo formal de conhecimento no qual são levados em conta os arranjos espaciais, as relações homem-natureza; como a ciência que se dedica ao arranjo espacial e cartográfico específico das coisas, regiões e nações; como o padrão pessoal de atividades e encontros com lugares e paisagens. É relacionado a este último significado de geografia que está o objeto de estudo da Geografia da Percepção, pois tendo como embasamento a filosofia fenomenológica, é nela que busca seu método, qual seja, ainda segundo Relph (p. 4-5):

- a intenção, ao observar um fenômeno geográfico de experiência, de contato, é descrever, não explicar, a coisa experimentada;
- ao descrever o fenômeno, colocar-se no lugar dos que o estão experimentando;
- fazer uso do maior número possível de fontes;
- procurar consistência e estruturas nos significados do fenômeno;
- a partir da identificação e interpretação das estruturas de experiência (geográfica), examinar onde essas estruturas se originam, como se desenvolvem e sofrem transformações, procurando colocá-las num contexto de origem mais amplo.

Há várias teorias sobre a percepção. Entre elas, de acordo com Chauí (1999), as principais são a Empirista, a Racionalista Intelectual e a Fenomenologia do Conhecimento, conforme sumarizado no Quadro 6.

Teorias	Concepções
Empirista	<ul style="list-style-type: none"> - É a única fonte de conhecimento; - Está na origem abstrata formulada pelo pensamento; - Para Hume, há dois tipos de percepção: impressões (sensações, paixões e emoções); idéias (imagens das impressões); - A sensação conduz à percepção como uma síntese passiva (que depende do objeto exterior); as idéias são provenientes das percepções.
Racionalista Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> - A percepção não é muito confiável para o conhecimento; depende das condições particulares de quem percebe; - Frequentemente a imagem percebida não corresponde à realidade do objeto. Por exemplo: vemos o Sol menor que a Terra, no entanto, o Sol é que é maior; ao olhar pela janela do carro em movimento, vemos as margens da estrada se deslocando, o que não é real; - A sensação conduz à percepção como síntese ativa (depende da atividade do entendimento); - A sensação e a percepção são sempre confusas e devem ser abandonadas quando o pensamento formula as idéias puras; - O pensamento filosófico e científico deve abandonar os dados da percepção e formular as idéias em relação com o percebido; trata-se de corrigir e explicar a percepção.
Fenomenologia do Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - A percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento humano, porém possui diferenças em relação ao pensamento abstrato: percebe-se por perfis ou perspectivas (nunca se percebe um objeto de uma só vez, só se pode perceber algumas de suas faces de cada vez); no pensamento, o intelecto compreende uma idéia de uma só vez, sem precisar examinar cada face separadamente; - A fenomenologia considera que não existe a ilusão (no verso de Mário Andrade, uma pessoa percebida sob a neblina de São Paulo, é vista como negra de longe e branca de perto, ou vice-versa); nesse caso, há quatro percepções diferentes, e isto ocorre porque, “perceber é sempre perceber um campo de objetos que permite corrigir uma percepção por meio de outra” (p. 124); - Não há ilusões na percepção, pois perceber é diferente de pensar, e não se constitui numa forma inferior ou deformada do pensamento: percepção é a relação entre as coisas e nós, e entre nós e as coisas, pois as coisas são corpos e nós também somos corporais.

Fonte: Chauí (1999, p. 120-125); Elaboração: Bertol (2000).

Quadro 6 - Principais teorias sobre a percepção: Empiristas, Racionalistas Intelectuais, Fenomenologia do Conhecimento

Desta forma, a partir das premissas fenomenológicas, a Geografia da Percepção passou a estudar o espaço, a paisagem e os lugares, tendo em vista também a experiência e a vivência de seus moradores, conseguindo, assim, a imagem de muitas cidades dentro de uma cidade, por exemplo.

Para se poder conhecer e entender qualquer coisa, a consciência elabora uma forma de pensamento que faça a mediação entre o sujeito e os fenômenos. Esta forma é o signo, através do qual tem-se a percepção das coisas. “Perceber não é senão traduzir um objeto de percepção em um julgamento de percepção, ou melhor, é interpor uma camada interpretativa entre a consciência e o que é percebido” (SANTAELLA, 1983, p. 51).

Dardel, citado por Relph (1979, p. 1), afirma que a geografia não é só uma forma de conhecimento, que a realidade geográfica não é apenas um objeto, nem o espaço geográfico um espaço em branco esperando para ser colorido ou preenchido, mas que a ciência geográfica “pressupõe um mundo que pode ser entendido geograficamente e, também, que o homem possa

sentir e conhecer a si como sendo ligado à Terra”. As pessoas têm experiências agradáveis ou desagradáveis dos lugares, espaços, paisagens, mesmo não conhecendo nada de Geografia, como uma ciência formal.

Foi Lynch (nascido em 1918), urbanista, “um dos pioneiros na questão da percepção urbana” (VASCONCELOS, 1999, p. 342). Por ser um profissional ligado aos espaços e paisagens urbanas, dedicou-se ao estudo das imagens da cidade, e com isso inaugurou uma nova forma de ver e olhar para o ambiente urbano. Lynch (1980) considera cinco elementos da imagem urbana na percepção da cidade: as vias, canais através dos quais os observadores se movem; os pontos marcantes, constituídos por edifícios, lojas, montanhas, ou seja, objetos físicos externos ao observador; os cruzamentos ou nós, que seriam os locais estratégicos da cidade, para onde e dos quais o observador se desloca; o quarto elemento são os limites, que seriam elementos não considerados pelos observadores como sendo vias, as quais são constituídas de locais que sofrem interrupção na continuidade, como por exemplo, a orla litorânea, uma estrada de ferro que corta a cidade, uma via fluvial; considera os bairros, que seriam reconhecidos como tendo algo em comum e identificável. Para o autor, “a cidade existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir” (*Ibid.* p. 2). Para ele, deve-se considerar a cidade como objeto da percepção de seus habitantes.

Yi-Fu Tuan (1980; 1983), nascido na China em 1939 e professor em universidades dos Estados Unidos, foi um dos primeiros geógrafos a garimpar na seara do método fenomenológico para estudar a organização do espaço pela ótica da percepção, da vivência do cotidiano, da significação dos signos. O autor analisa as diferentes maneiras de as pessoas sentirem e conhecerem o espaço e o lugar e mostra como o homem, que está ao mesmo tempo no plano do animal, da fantasia e do cálculo, experiencia e entende o mundo.

Percepção é tanto a resposta dos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. (1980, p. 4).

Amorim Filho (1996, p. 141-142) chama a atenção para o fato de que a consolidação das pesquisas em percepção ambiental ocorreriam na década de 1970, quando da criação do Grupo de Trabalho sobre a Percepção do Meio Ambiente, pela União Geográfica Internacional (UGI) e do Projeto 13: Percepção da Qualidade Ambiental no Programa Homem e Biosfera, da UNESCO. A UGI dedicou-se a estudos internacionais comparativos sobre os “riscos do meio ambiente” e “os lugares valorizados”, e a UNESCO, aos estudos sobre a percepção do meio ambiente “como contribuição fundamental para uma gestão mais harmoniosa dos recursos naturais e dos lugares e paisagens de importância para a humanidade”. Este autor, em seu trabalho, além de usar os conceitos de topofilia e topofobia de Yi-Fu Tuan, usa o conceito de topocídio, significando a destruição de paisagens naturais ou culturais, afirmando que “o conceito de topocídio é de grande significado para o futuro do meio ambiente [...] pois há muito se causam danos, muitas vezes irreversíveis, aos lugares, às paisagens, aos espaços vividos e às porções significativas da natureza” (p. 142). Na posição oposta ao topocídio, o autor sugere, “a título exploratório”, um novo conceito, o de topo-reabilitação, referindo-se às ações de “resgate, reabilitação ou restauração de lugares, paisagens e conjuntos ambientais” (p. 142). Para o autor, através das ações de topo-reabilitação seriam neutralizadas ou superadas as forças topocídicas a fim de se alcançar “a melhoria da qualidade de vida dos homens, manutenção de sua memória coletiva ou individual e preservação de sua identidade cultural e seus valores” (p. 142).

Como já se disse, a percepção depende do conhecimento e do tipo de relação que se tenha com o lugar. Terá diferença a forma de percepção de uma pessoa que more há mais ou menos tempo num lugar? Haveria diferença na intensidade do conhecimento do lugar por estas pessoas? Yi-Fu Tuan (1983, p. 203) faz a constatação de que o homem moderno, pelo fato de se movimentar muito, não tem tempo de criar raízes e, como consequência, a apreciação e a experiência que tem dos lugares são apenas superficiais. Através da variedade dos meios de

comunicação e da maior facilidade de viajar, é rápido adquirir, em pouco tempo, um conhecimento abstrato sobre um determinado lugar. Mas este conhecimento abstrato é diferente do conhecimento adquirido por “sentir” o lugar, que leva muito mais tempo, pois é feito de experiências e vivências. Diz o autor que “sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos”. Nesse caso, raramente se pode adquirir afeição por um lugar só pelo fato de passar por ele. Para isso, é necessário, de maneira geral, nele viver, sofrer, crescer, participar ativamente de seus eventos e criar raízes, sentir-se como fazendo parte deste lugar. Mas pode ocorrer que uma pessoa more muito tempo em um lugar, porém fiquem poucas marcas que lhe venham à lembrança e, por outro lado, “uma experiência intensa de pouca duração pode modificar nossas vidas” (TUAN, 1983, p. 204). Conforme a intensidade das experiências vividas pelas pessoas de um determinado lugar, elas poderão ter os sentimentos de topofilia, ou seja, de amor ao lugar, ou de topofobia, isto é, de repulsa, de medo ou ódio ao lugar, e interferir de forma topocídica (destruição do lugar) ou de topo-reabilitação (recuperação do lugar).

A percepção é, por conseguinte, responsável pela forma como se vê o mundo. Há tantos mundos quantas forem as percepções, pois cada um vê o seu entorno e o mais além, a partir de referenciais, de informações, de conhecimentos adquiridos ao longo da vida. É a percepção que vai determinar a forma de o indivíduo ver, interpretar e interferir em seu meio.

O centro de uma cidade, em geral, é o ponto focal, o local das atenções e dos grandes negócios, além de ser o espaço mais visado e utilizado. Para Clark (1991), as áreas centrais de uma cidade são percebidas com mais clareza, talvez porque é a parte da cidade mais visitada pela população urbana como um todo e sua percepção varia conforme o sexo, a idade, tempo de residência, classe social e etnicidade.

Sendra et al (1992) procuram mostrar que os lugares geográficos não estão somente fora das pessoas, mas se encontram também em suas mentes, e que “explorar a existência mental dos lugares geográficos com todas as características que os distinguem é um objetivo próprio da geografia da percepção” (p. 8). Afirmam ainda os autores que “a experiência de andar pela cidade favorece pautas de aprendizagem que vão formar esquemas significativos da cidade” (p. 12). Daí a necessidade de se “andar pela cidade” para ver, sentir e captar a percepção dos que nela vivem, circulam, trabalham, passeiam, olham, estão. Gibson, apud Oliveira (1996, p. 206), deixa claro que o espaço no qual as pessoas vivem, no qual se movimentam, é um espaço real, físico, não abstrato, mas “um espaço de ruas, praças, quarteirões, estradas”.

CONCLUSÃO

Fenomenologia, Semiótica e Geografia da Percepção são métodos utilizados para se captar de forma mais humana as questões humanas. Ou seja, todas as ações humanas originam-se de algum tipo de sentimento: amor, ódio, avareza, destemor, afirmação, entre tantos outros. São estes sentimentos que determinarão a forma, o conteúdo e o fluxo dos elementos das paisagens geográficas. O espaço geográfico configura-se, assim, de acordo com a variação dos sentimentos humanos, sendo, portanto, o retrato das culturas que vão se sucedendo e deixando sua marca indelével, que dará a identidade específica de cada grupo que organizou determinado espaço.

Os sentimentos humanos se materializam no espaço através de signos materiais (prédios, jardins, monumentos, pontes, escolas, hospitais, campos de concentração etc.) e imateriais (frases, palavras, gestos, silêncios, pensamentos). Cada um destes signos será interpretado de acordo com a bagagem cultural, social, emocional de cada intérprete num determinado tempo e espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: RIO, Vicente del; OLIVEIRA, L. de (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Stúdio Nobel, 1996. p. 139-152.

BERTOL, L. **Signos e significados do centro da cidade de Itabuna-Ba**. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2001.

BOCHENSKI, I. M. **A filosofia contemporânea ocidental**. 2. ed. São Paulo: Herder, 1968.

- CALLAI, H. C. O lugar na geografia e as monografias municipais. In: SHÄFFER, N. O. et al. **Ensinar e aprender Geografia**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 65-77
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 6. ed.1995; 9. ed.1997; 12. ed. 1999.
- _____. Husserl: Vida e Obra. In: **Os pensadores: Husserl**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 5-12.
- _____. **Convite à filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1991.
- COELHO NETTO, J.T. **Semiótica, informação e comunicação. Diagramação da Teoria do Signo**. São Paulo: Perspectiva, 1996. (Coleção debates).
- DARTIGUES, A. **O que é fenomenologia?** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1992.
- DEELY, J. **Semiótica básica**. São Paulo: Ática, 1990.
- EPSTEIN, Isaac. **O signo**. São Paulo: Ática, 1991.
- FERRARA, L. D'Aléssio. **Ver a cidade: cidade, imagem, leitura**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleções Espaço).
- GUIRAUD, P. **A semiótica**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1993.
- HUSSERL, E. Investigações lógicas. Sexta Investigação: Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 13 – 192.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. São Paulo: Papirus, 1996.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MERLLEAU-PONTY, M. **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. **Fenomenologia da Percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MOREIRA, R. O racional e o simbólico na geografia. In: SOUZA, M. A. et al (orgs.). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 46-55.
- OLIVEIRA, L. de. Percepção e representação do espaço geográfico. In: RIO V. del; OLIVEIRA, L. de. (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Stúdio Nobel, 1996. p. 187-212.
- RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.
- SANTAELLA, L. **O que é semiótica?** São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.
- SENDRA, J. B. et al. **Práticas de geografia de la percepción y de la actividad cotidiana**. Barcelona, Espanha: Oikos-Tau, 1992. (Colección “Prácticas de Geografía Humana”).
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia. Um estudo da percepção e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus - Bahia: Editus, 1999.